



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Senhor Presidente da
Comissão de Economia e Obras Públicas
Assembleia da República

Lisboa, 04 de Novembro de 2011

Assunto Audição sobre as alterações em preparação para a rede de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa

O Grupo Parlamentar do PCP tomou conhecimento da “proposta” cuja concretização está a ser preparada pelo Governo para a rede de transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa. Essa informação não só confirma o que o PCP tinha denunciado, como comprova o sentido geral da política em curso que é a de destruição do serviço público de transportes.

Com efeito, na passada sexta-feira, o PCP denunciou na Assembleia da República as reais intenções do Governo para o Metropolitano de Lisboa. Nessa altura, o Governo não assumiu a plenitude das suas intenções, chegando ao ponto de, no dia seguinte, ter sido veiculada por diversos órgãos de comunicação social a “informação” que “o Governo nega a intenção de encerrar o Metro à noite”.

Assim, a proposta do Governo prevê, entre outros “cenários”, o encerramento total das ligações fluviais de Lisboa à Trafaria, Porto Brandão, Seixal, e ao Montijo no fim-de-semana, e uma redução geral dos restantes horários; a supressão de 22 carreiras da Carris, o encurtamento de 16 e a redução de ofertas em mais 23, com a supressão de todo o serviço nocturno, afectando no conjunto mais de 50% das carreiras actuais da Carris; a redução da oferta na CP Lisboa, com especial incidência fora das horas de ponta.

Esta lógica de brutal redução da oferta e aumento de custos para os utentes abate-se igualmente sobre o Metropolitano de Lisboa, onde está em curso um brutal ataque aos utentes com: o encerramento da circulação às 23h00 em toda a rede do Metropolitano; o encerramento da circulação a partir das 21h00 entre o Colégio Militar e a Amadora e entre o Campo Grande e Odivelas; a redução da velocidade de circulação em 25%; a redução para um quarto do número de circulações na Linha Verde, hoje já congestionada nomeadamente no Cais de Sodré; um novo aumento geral de preços, etc.

Estamos perante uma perspectiva demasiado grave, cuja discussão não pode ficar adiada para um “momento oportuno” para o Governo, em que tudo seja apresentado às populações como facto consumado. Nem esta é uma medida da responsabilidade de um qualquer “Grupo de Trabalho” (o qual evidentemente foi nomeado pelo Governo e cumpre orientações) nem se trata de uma “matéria em estudo,” passível de “aperfeiçoamentos” pontuais. Importa promover o quanto antes o esclarecimento cabal e o debate aprofundado sobre esta matéria.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP vem propor a realização sobre esta temática, com carácter de urgência, da audição das seguintes entidades:

- Junta Metropolitana de Lisboa
- Organizações Representativas dos Trabalhadores das empresas Carris, CP, Metropolitano de Lisboa, Transtejo e Soflusa;
- Comissões de Utentes dos Transportes da Área Metropolitana de Lisboa;
- Ministro da Economia e Emprego

Sem outro assunto, subscrevemo-nos

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP

Bruno Dias

Agostinho Lopes

N.º Ref.ª 39960-267/GP/XII-1/INPA